

O Arquivo Nacional na gestão de Eugênio Vilhena de Moraes, 1938-1945

El Arquivo Nacional en la gestión de Eugenio Vilhena de Moraes, 1938-1945 / The Arquivo Nacional under Eugênio Vilhena de Moraes, 1938-1945

RESUMO

Este artigo pretende apresentar as principais características do Arquivo Nacional na gestão de Eugênio Vilhena de Moraes (1938-1945), no Estado Novo, período no qual a instituição se destaca com duplo papel. Além de espelhar internamente parte das práticas centralizadas do governo Vargas, foi ainda acionada para atender duas faces do projeto de nação estado-novista: de modernização da administração pública e de exaltação da nação.

Palavras-chave: Arquivo Nacional (Brasil); Estado Novo; reforma administrativa; história dos arquivos.

ABSTRACT

This article aims to present the main characteristics of the Arquivo Nacional under the management of Eugênio Vilhena de Moraes, in the Estado Novo (1938-1945), a period in which the institution, in addition to internally mirroring part of the centralizing practices of the Vargas government, was also called upon to serve two faces of the new-state nation project: the modernization of the public administration and the exaltation of the nation.

Keywords: Arquivo Nacional (Brazil); Estado Novo; administrative reform; history of archives.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar las principales características del Arquivo Nacional bajo la dirección de Eugênio Vilhena de Moraes, en el Estado Novo (1938-1945), período en el que la institución, además de reflejar internamente parte de las prácticas centralizadoras del gobierno de Vargas, también estuvo llamada a servir dos caras del proyecto de nación del estado-novista: la de modernización de la administración pública y la de exaltación de la nación.

Palabras clave: Arquivo Nacional (Brasil); Estado Novo; reforma administrativa; historia de archivos.

Renata Regina Gouvêa Barbatho

Doutora em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil.

renatabarbatho@gmail.com

Em 10 de novembro de 1937, quando Getúlio Vargas anunciava por meio da rádio o início do Estado Novo (D'Araújo, 1999) e decretava uma nova constituição baseada na centralização do poder e na redução dos direitos individuais (Pandolfi, 1999), o Arquivo Nacional (AN) encontrava-se na gestão de Alcides Bezerra, um homem que transitava entre a intelectualidade brasileira e defendia uma posição socialmente mais ativa das instituições de guarda da memória nacional. Ocorre que, seis meses após o Estado Novo ter sido anunciado, no dia 29 de maio de 1938, o diretor, que estava à frente da repartição há então 16 anos, faleceu. Assim, viu-se a nomeação de um novo diretor com uma diferente forma de conduzir a gestão da instituição.

Na ocasião, por pouco mais de trinta dias, a vaga de gestor ficou em aberto, período em que alguns nomes surgiram para assumir o cargo, prevalecendo, dentre eles, o do historiador Eugênio Vilhena de Moraes,¹ que permaneceria no cargo por vinte anos (1938-1958). Segundo Schubert (1998), ele assumiu a função por indicação política das forças armadas, mais especificamente do Instituto de História e Geografia Militar.

É notório que a mudança na direção do Arquivo Nacional, diante do falecimento de Alcides Bezerra, trouxe impactantes consequências para a instituição e levou à reordenação de “ambições” institucionais. Isso porque, apesar de ambos partilharem da percepção de ser o Arquivo Nacional um arquivo histórico em sua essência, Bezerra buscava para ele um lugar social de protagonismo na produção do conhecimento e na proteção da memória nacional. De modo distinto, Vilhena o percebia como um “centro de atividade técnica”, inserindo-se, assim, como agente passivo diante das demandas do governo federal.

Com um perfil conservador, o novo diretor era católico devoto e, como se pode supor diante da autoria da indicação para o cargo, possuía estreitos laços com as forças armadas, mais especificamente com o Exército. Ademais, era defensor das raízes portuguesas, aproximando-se dos passos do historiador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) Francisco Adolfo Varnhagen, que, por vezes, foi visto “como reacionário e representante de uma compreensão conservadora da sociedade” (Guimarães, 2011, p. 165). Tal como Varnhagen, Vilhena de Moraes era um defensor do Estado centralizado à frente da promoção da nação, destacando-se, nesse pormenor, parte significativa de sua escrita dedicada à vida de Duque de Caxias.

¹ Fundo Arquivo Nacional (1818-1992). Assuntos Gerais; Gabinete. Correspondência. Notação: AN 969, Rio de Janeiro, 1944-1945.

Com interesses na geografia e na história militar, Vilhena de Moraes projetava a importância do colonizador lusitano no processo de miscigenação, vendo isso como uma qualidade do povo brasileiro. Assim, seguindo a vertente da historiografia tradicional, reforçou o discurso de uma história a partir dos grandes homens, principalmente de lideranças militares e religiosas, enfocando as figuras de Anchieta, Dom Antônio Macedo Costa, Visconde de Cayru e, como já mencionado, Duque de Caxias.

Por tudo isso, com um perfil simpático às determinações de Vargas (Gomes, 2005), o novo diretor representou um aliado nos discursos ideológicos nacionalistas do Estado Novo, além de ter reproduzido seus métodos administrativos verticalizados no Arquivo Nacional. Seu longo tempo de gestor da instituição ainda é obscuro e aponta, por isso, para a necessidade de maior atenção da literatura científica. Neste artigo, seus primeiros anos, decorridos no Estado Novo, representam o tema central de análise, buscando-se apresentar as principais atividades internas do Arquivo Nacional nesse recorte temporal e sua participação nos projetos estado-novistas (Gomes, 2005).

As atividades do Arquivo Nacional no Estado Novo

Criado em 1838, o Arquivo Nacional, no Estado Novo, era uma repartição em seu sétimo regulamento, aprovado pelo decreto n. 16.036, de 14 de maio de 1923, que se destinava a “adquirir e conservar [...] todos os documentos concernentes à administração, à história e à geografia do Brasil, e quaisquer outros que o Governo determinar” (Brasil, 1923), cujos documentos deveriam estar divididos em três seções: a Administrativa, a Histórica e a Legislativa e Judiciária, além de possuir uma biblioteca. O acervo se encontrava abrigado no Campo de Santana (Praça da República, n. 26), entre as ruas da Constituição e Visconde do Rio Branco (Arquivo Nacional, 1954), com funcionamento de segunda a sexta, das 11h às 17h, e aos sábados, das 9 às 12h.²

As instalações do prédio eram divididas em três pavimentos (Arquivo Nacional, 1954a), que deveriam ser distribuídos em locais de guarda do acervo, atividades de tratamento e administração e sala pública de consulta.

² Segundo a lei n. 16.036, de 14 de maio de 1923, no artigo 66, que estabeleceu as funções do porteiro, consta que competia a este “I. abrir a repartição às 10 horas da manhã e fechá-la depois de encerrados os trabalhos” (Brasil, 1923).



Em relação ao seu pessoal, segundo previsão do regulamento de 1923, os funcionários deveriam somar no mínimo 29 pessoas, sendo um diretor, três chefes de seção, quatro arquivistas, três subarquivistas, nove amanuenses, cinco auxiliares, um conservador de biblioteca, um inspetor de oficinas gráficas e encadernação, um ajudante de porteiros e tantos serventes e operários quanto necessários (Brasil, 1923). No que tange à execução do trabalho em si, segundo o regulamento de 1923, os funcionários que trabalhariam diretamente com os arquivos seriam os arquivistas, os subarquivistas, amanuenses, auxiliares e inspetores das oficinas e encadernação (Brasil, 1923).

De tal modo, quando Vilhena de Moraes assumiu o cargo de diretor, a instituição se encontrava estruturada e completando seu primeiro

Figura 1 – Arquivo Nacional do Brasil.
Fonte: Acervo do Arquivo Nacional.
Notação: BR RJANRIO EH 0 FOT EVE 00821, s.d.

centenário de existência. Por conta disso, havia uma lista de atividades destinadas à efeméride e planejadas antes do anúncio do Estado Novo. No entanto, a conjuntura criou uma dinâmica que mudou o rumo das comemorações e do próprio Arquivo Nacional. Assim, a festividade que havia sido planejada para ser grandiosa e marcar um novo tempo da instituição, com ações voltadas à produção do conhecimento, à organização do I Congresso Brasileiro de Arquivistas e à inauguração de um prédio moderno, acabou sendo apenas marcada por iniciativas descontinuadas e compartilhada com o IHGB, que também completava seu primeiro centenário e protagonizou uma solenidade comemorativa (Barbatho, 2018).

Por tudo isso, a direção de Vilhena de Moraes se iniciou num momento de expectativas e frustrações vivenciadas por parte dos funcionários que partilhavam das ideias de Bezerra diante do projeto de comemoração. Isso porque o novo diretor possuía diferentes preocupações e interesses a mediar, além de uma interpretação própria sobre quais deveriam ser as funções do Arquivo Nacional. Com isso, ele não permitiu que fosse mantida na agenda institucional a continuidade de alguns projetos iniciados por Bezerra. Ao contrário, dali em diante, houve uma retomada do conservadorismo em relação às possibilidades funcionais do Arquivo para a sociedade. O mesmo movimento ocorreu na gestão de pessoas e no desenvolvimento das atividades-fim, formando uma administração centralizadora e verticalizada (Barbatho, 2018).

No que tange às atividades internas cotidianas, ao longo do Estado Novo, o Arquivo Nacional foi administrado por portarias, “ato administrativo, baixado por autoridade pública e destinado a dar instruções ou fazer determinações de várias ordens”.³

Em relação ao perfil desses atos oficiais, o que pode ser notado é que Vilhena de Moraes utilizava esse recurso para diversos fins. Dentre eles: elogiar e repreender funcionários; nomear contratações, demissões, aposentadorias e remanejamentos; nomear para representação do Arquivo Nacional em eventos ou de trabalho; instituir mudanças da rotina da repartição; lembrar de “fazer cumprir” determinado artigo do regulamento; determinar o envio de funcionários para capacitação e, posteriormente, solicitar relatório do conhecimento adquirido; redistribuir funcionários entre as seções; remanejar acervos entre seções; determinar a incorporação de acervos recém-chegados à

³ Significado de portaria. Dicio: Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/portaria/>. Acesso em: 13 fev. 2018.

instituição; determinar execuções e métodos de trabalho; e, ainda, solicitar pareceres.

Como se pode observar, por conseguinte, a busca por registrar todas as suas designações transformou as portarias de Vilhena em um guia das atividades desenvolvidas pelo Arquivo Nacional. Dessa forma, elas nos permitem saber quais eram as preocupações, métodos e tempo de execução dos fazeres da repartição, com destaque para as ações voltadas ao acervo, como exemplificam as portarias referentes ao recolhimento ou compra de itens, que tinham sua entrada oficializada por tal dispositivo administrativo. Sobre esse tópico, é importante destacar que poderia haver o trânsito de documentos entre seções, quase sempre da seção Administrativa para a Histórica,⁴ tendo sido possível verificar ainda que, por portaria, no ano de 1941, determinou-se o não recebimento de documentos externos que não estivessem devidamente listados.

No que se refere à movimentação, o Arquivo Nacional recebeu cópias de documentos do “Museu de Angola relativos à atividade museológica do inconfidente José Alvares Maciel” (Arquivo Nacional, 1957, p. XXVIII); a Constituição de 1937, incorporada à seção Judiciária; o acervo do Convento de Santa Teresa; e “uma fotocópia de uma carta de prisioneiro alemão de origem polonesa enviada a um campo de concentração na Alemanha”,⁵ ambos comprados e incorporados aos documentos avulsos da seção Histórica.⁶ Sobre a carta, chama atenção o seu conteúdo e a dúvida sobre qual seria o interesse da instituição nela, visto que, aparentemente, não seguia nenhum princípio ou vínculo com algum fundo, logo, não havia nenhuma organicidade, que é a “relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora” (Arquivo Nacional, 2005, p. 39).

Ainda foram tomadas, em portarias, providências em relação ao “recolhimento de 37 volumes provenientes da D. F. do Espírito Santo”; ao “envio de um arquivista à 14ª Vara Criminal para relacionar os livros e processos a serem recolhidos”; e ao acervo do próprio Arquivo Nacional, com “criação de uma comissão especial para vistoria de livros e documentos antigos” (Arquivo Nacional, 1957, p. XXVII-XXVIII).

4 Fundo Arquivo Nacional (1818-1992). Assuntos Gerais; Gabinete. Correspondência. Notação: AN 969, Rio de Janeiro, 1944-1945.

5 Ibidem.

6 Fundo Arquivo Nacional (1818-1992). Assuntos Gerais; Gabinete. Correspondência. Notações: AN 969, Rio de Janeiro, 1944-1945 e AN 967, Rio de Janeiro, 1940-1941.

Há de se destacar ainda o trabalho, por meio da mídia⁷ de recolhimento, que solicita “providências por parte dos cartórios em relação aos preceitos legais de recolhimento que mandam recolher no Arquivo Nacional os processos findos de mais de dez anos”, ou busca de soluções para a reintegração de guarda, com o pedido em público da posse do inventário do Duque de Caxias “graciosamente cedido ao Ministério da Guerra” (Arquivo Nacional, 1957, p. XXVII).

Esses dois casos ocorreram em 1940 (Arquivo Nacional, 1957, p. XXVII) e se deram porque o Arquivo Nacional, durante o Estado Novo, guardava diversas planilhas com pendências de vários setores do Poder Executivo federal, aos quais foram emprestados documentos que não haviam sido devolvidos.⁸

Em relação às portarias referentes à determinação de execuções e métodos de trabalho, nelas é possível ter uma visão abrangente das atividades desenvolvidas pelo Arquivo. Ao longo do Estado Novo, foram observadas ordens relacionadas à identificação de acervo, transcrições, produção de instrumentos de pesquisa⁹ (catálogos,¹⁰ índices analíticos¹¹ e inventários¹²), reproduções fotográficas, microfilmagens e encadernações, algumas em luxo, com capa de veludo.

Desde sua posse, Vilhena de Moraes buscou conhecer as dimensões do acervo que custodiava, solicitando, em diversas portarias, os inventários e os catálogos da documentação guardada, assim como o “arrolamento das espécies contidas nos cofres do Arquivo”, em 1938 (Arquivo Nacional,

7 Não há especificação no v. XXXIX das Publicações, fonte de extração da informação, de quais mídias foram utilizadas para publicarem o comunicado (Arquivo Nacional, 1957, p. XXVII).

8 Fundo Arquivo Nacional (1818-1992). Assuntos Gerais; Relatórios Gerais. Notação: AN 17, Rio de Janeiro, 1945.

9 Instrumento de pesquisa: “meio que permite a identificação, localização ou consulta a documentos e a informações neles contidas. Expressão normalmente empregada em arquivos permanentes”, podendo se apresentar de diversas formas, como catálogo, guia, índice, inventário, listagem descritiva do acervo, repertório e tabela de equivalência (Arquivo Nacional, 2005, p. 106).

10 Catálogo: “instrumento de pesquisa organizado segundo critérios temáticos, cronológicos, onomásticos ou toponímicos, reunindo a descrição individualizada de documentos pertencentes a um ou mais fundos, de forma sumária ou analítica” (Arquivo Nacional, 2005, p. 43).

11 Índice: “relação sistemática de nomes de pessoas, lugares, assuntos ou datas contidas em documentos ou em instrumentos de pesquisa, acompanhados das referências para sua localização” (Arquivo Nacional, 2005, p. 108).

12 Inventário: “instrumento de pesquisa que descreve, sumária ou analiticamente, as unidades de arquivamento de um fundo ou parte dele, cuja apresentação obedece a uma ordenação lógica que poderá refletir ou não a disposição física dos documentos. Ver também repertório” (Arquivo Nacional, 2005, p. 109).

1957, p. XXVI). Assim sendo, o que parece é que não havia, ainda nesse momento, um conhecimento interno de tudo aquilo que o Arquivo Nacional tinha sob sua guarda, o que teria feito o diretor ordenar por vezes que esse trabalho fosse levado a efeito.

Já em 1939, o controle da documentação continuava a ser uma questão, tendo em conta as determinações desse ano. Em portaria, estabeleceu-se: criar comissão para averiguar uma documentação “encontrada pelo porteiro”; ordenar a retirada das “latas” do “chão da galeria” e relacionar os documentos da repartição que se encontravam nas gavetas de um funcionário; ou, ainda, enviar à família de Alcides Bezerra “papéis existentes na parte inferior do ‘toilet’ do antigo gabinete”,¹³ isso já em 1943.

No mesmo propósito, além de solicitar inventários, o diretor também buscou averiguar acervos, como em 1939, quando determinou uma “vistoria geral nas caixas da seção Administrativa” e uma “vistoria nas caixas da seção Histórica”, que rendeu a “descoberta pelo diretor na cx 810, sem qualquer indicação externa ou classificação de mais de 30 mss [manuscritos] inéditos pertencentes a Joaquim Caetano da Silva e que haviam sido vendidos ao Arquivo Nacional”. Em 1944, ainda se encontram registros de determinação de “vistoria geral”, como a recebida pela seção Histórica referente a suas caixas (Arquivo Nacional, 1957, p. XXVI-XVIII).

Nessas vistorias, também foram achados instrumentos de pesquisa que estavam com informações desconhecidas, como ficou exposto na portaria n. 109, de 1939, que mandou refazer os catálogos e inventários, na seção Administrativa, por haver discrepância entre a localização do documento e o indicado no instrumento. Segundo se determinou, devia-se proceder como na seção Histórica: “Isto é, mencionando-se em ficha provisória colada a cada lata. 1º) o número deles, 2º) rótulo primitivo, 3º) o conteúdo atual, 4º) as divergências porventura existentes, 5º) o rótulo atual e 6º) o total dos documentos”. Na portaria, também se previa que todos da seção se dedicassem “apenas a esta tarefa”.¹⁴ Nesse mesmo ano, Vilhena de Moraes assinou outra portaria, ordenando que “todos os documentos” que se encontravam empilhados recebessem o carimbo do Arquivo Nacional,¹⁵ o que demonstra preocupação com a segurança do documento.

¹³ Fundo Arquivo Nacional (1818-1992). Assuntos Gerais; Gabinete. Notação: AN 455, Rio de Janeiro, 1930-1944. Portarias. Livro de Portarias do Arquivo Nacional, 1938 a 1945.

¹⁴ Fundo Arquivo Nacional (1818-1992). Atividades Técnicas; Tratamento Técnico (1939). Notação: AN 353, Rio de Janeiro, 1938-1939.

¹⁵ Fundo Arquivo Nacional (1818-1992). Atividades Técnicas; Tratamento Técnico. Notação: AN 353, Rio de Janeiro, 1938-1939. Portaria 127 (1939).

Por tudo isso, o trabalho de conhecer melhor o acervo trouxe à tona informações que estavam esquecidas e foram retomadas, como indica o anúncio da “descoberta, pelo diretor, no cofre da repartição dos manuscritos do trabalho inédito de Joaquim Caetano da Silva sobre os limites do Brasil durante o Império”, em 1939. Da mesma forma se deu a localização, na seção Judiciária, do inventário do monsenhor Pedro Machado de Miranda Malheiro, “documento que encerra numerosas assinaturas dos primeiros imigrantes vindos ao Brasil” (Arquivo Nacional, 1957, p. XXVI).

No mesmo ano de 1939, também foram encontradas 84 caixas sem número, de assuntos eclesiásticos, por “imperdoável incúria de anteriores chefias deixada”. Nessa ocasião, Vilhena ordenou que as caixas fossem pintadas e numeradas, assim como um “inventário cronológico-alfabético de todos os documentos” fosse produzido, “numerando-os, carimbando-os (nunca no rosto do documento) e enviando a exame do diretor o trabalho diariamente realizado”.¹⁶ Um ano depois, também por portarias, o diretor criticou a forma como estavam sendo carimbados os documentos e estabeleceu uma regra para tanto, assim como fez com as encadernações, chegando a determinar o “desentranhamento das vias das Contas dos Governadores”.¹⁷

No desejo do diretor de dar conta de todos os documentos, o Arquivo acabou acumulando muitas listagens, as quais, segundo Rodrigues (1959), nunca foram publicadas. Como elemento para refletir acerca disso, vale destacar que, em 1939, o Arquivo Nacional perdeu sua oficina gráfica, passando a enviar seus trabalhos em preparo e seu maquinário para a Imprensa Nacional (IN), órgão do Executivo federal que passou a centralizar tais atividades, como uma das medidas de racionalização do Estado.

Novamente no tocante às atividades do Arquivo Nacional, destaque-se a criação do protocolo geral e do livro de atas de ocorrência, ambos criados em 1939; e o tratamento dado ao acervo do Arquivo Nacional e aos documentos das sesmarias. Estes, nos primeiros anos de gestão de Vilhena de Moraes, por se encontrarem frágeis, foram inventariados topograficamente¹⁸ em relação nominal, o que, por vezes, tornou-os indisponíveis,

¹⁶ Fundo Arquivo Nacional (1818-1992). Atividades Técnicas; Tratamento Técnico (1939). Notação: AN 353, Rio de Janeiro, 1938-1939.

¹⁷ Fundo Arquivo Nacional (1818-1992). Assuntos Gerais; Gabinete. Notação: AN 455, Rio de Janeiro, 1930-1944. Portarias.

¹⁸ Inventário topográfico: instrumento de controle ou gestão de depósito destinado a indicar a localização física das unidades de arquivamento nos depósitos (Arquivo Nacional, 2004, p. 109).

sendo ao final entregue uma versão do instrumento de pesquisa à Sala de Consulta.¹⁹

Há ainda notícias relacionadas a tantas outras atividades desenvolvidas no Arquivo Nacional explícitas nas portarias. Dentre elas, destacam-se: “impressão pelas oficinas do retrato do Duque de Caxias para ser distribuído no Dia do Soldado”, em 1938; “inauguração das certidões impressas no Arquivo Nacional e abolição do depósito em dinheiro”, no mesmo ano; “primeira certidão por fotocópia tirada no Arquivo” e criação da norma para “lavratura de certidões de desembarque”, em 1939; substituição do emblema do Arquivo Nacional, distribuição de moeda comemorativa do primeiro centenário da instituição aos funcionários, criação do gabinete de fotografia e da seção de projeção e microfilmagem, determinação de secagem e encadernação dos livros atingidos pelas chuvas e transcrição das informações lançadas em giz em latas da seção Administrativa,²⁰ todos em 1940; “aquisição, microfilmagem, cópias, tradução do códice alcobacense O Castelo Perigoso”, referente à cidade de Alcobaca, em Portugal, em 1942; e “filmagem [microfilmagem] do processo dos Távoras”, em 1945 (Arquivo Nacional, 1957, p. XXVI-XVIII).

Outro ponto que se destaca nas portarias é a contínua aparição da Sala de Consulta nas determinações. Representando um termômetro do que acontecia em toda a instituição e, ao mesmo tempo, apresentando demandas próprias, a sala voltada aos usuários possuía regras particulares, previstas no regulamento de 1923 (Brasil, 1923), que foram depois reiteradas e especificadas por portaria em 1939.²¹

Sobre seu expediente, além de ter por obrigação encerrar as consultas dos usuários vinte minutos antes do fim do horário da instituição, por vezes sofreu a suspensão de suas atividades. Isso se deu em função de obras de reparo, controle do acervo ou até mesmo dedetização da instituição. Houve ainda momentos em que ocorreu a limitação de acesso a alguns fundos ou coleções.²²

¹⁹ Fundo Arquivo Nacional (1818-1992). Atividades Técnicas; Tratamento Técnico. Notação: AN 353, Rio de Janeiro, 1938-1939 e Assuntos Gerais; Gabinete. Notação: AN 455, Rio de Janeiro, 1930-1944. Portarias.

²⁰ Fundo Arquivo Nacional (1818-1992). Assuntos Gerais; Gabinete. Notação: AN 455, Rio de Janeiro, 1930-1944. Portarias.

²¹ *Ibidem*.

²² Fundo Arquivo Nacional (1818-1992). Atividades Técnicas; Tratamento Técnico. Notação: AN 353, Rio de Janeiro, 1938-1939 e Assuntos Gerais; Gabinete. Notação: AN 455, Rio de Janeiro, 1930-1944. Portarias.

No que se refere a determinações por portaria acerca das regras da sala, havia a previsão, desde 1939, de que os documentos públicos que necessitassem de restauração não pudessem ser nela disponibilizados, assim como documentos não enumerados e não carimbados.²³ Nesse mesmo ano, foi determinado que deveriam ser enviadas as notações consultadas para o diretor e que a vigilância na Sala de Consulta fosse “redobrada”, ordem ratificada em 1942. Por fim, em 1945, foi determinado que apenas em “casos excepcionais, de verdadeira necessidade, para solução de dúvidas ou esclarecimentos, poderão os chefes de seção atender pessoalmente aos consultantes na sala pública”.²⁴

Ainda sobre a relação do Arquivo Nacional com o usuário, há poucos registros de atividades voltadas ao público externo, observando-se três conferências e duas exposições. A primeira foi a cerimônia de inauguração da Sala Cayru, em 1942, nomeada assim por portaria de Vilhena de Moraes em 1938. Na sessão pública, foram proferidas duas conferências, uma pelo próprio diretor, em homenagem ao patrono da sala, e outra por Lyon Chandler, consultor do Escritório de Assuntos Interamericanos (Arquivo Nacional, 1957).

As outras duas conferências ocorreram em 1944, uma apresentada por Vilhena de Moraes “em comemoração do centenário da Matriz de Paty de Alferes” e a outra pelo professor Heraclides de Souza Araújo, do Instituto de Manguinhos, “sobre a História da Lepra no Brasil”. A primeira exposição aconteceu em 1944, pela ocasião da visita ao Arquivo Nacional pelos delegados da Primeira Reunião Pan-americana de Consulta sobre Geografia. A proposta era ser iconográfica, com o tema cartografia documental, no entanto, também apresentava manuscritos inéditos “do grande explorador e astrônomo paulista José de Lacerda e Almeida”. Já a segunda foi a exposição de “mais de 100.000 documentos eclesiásticos inéditos, presente o arcebispo do Rio de Janeiro”, em função da comemoração do bicentenário da criação do Bispado de Mariana, em 1945 (Arquivo Nacional, 1957, p. VII-VIII).

Para além das ações expostas nas portarias, pode-se notar que o Arquivo Nacional se utilizava de exposições para a difusão documental e o mesmo ocorria com as publicações. A prática editorial do Arquivo Nacional teve seu início em 1886 com o primeiro volume da série das

²³ Ibidem.

²⁴ Fundo Arquivo Nacional (1818-1992). Assuntos Gerais; Gabinete. Notação: AN 455, Rio de Janeiro, 1930-1944. Portarias.

Publicações do Arquivo Nacional (PAN). Surgiu como atividade da instituição ainda no contexto de “consolidação do Estado brasileiro” e de seu próprio período de ampliação no “cenário das instituições patrimoniais do Império”, compartilhando a visão de ser um espaço cultural dedicado à história, de preservação da memória da nação (Lourenço, 2014). No início da gestão de Eugênio Vilhena de Moraes, a série Publicações do Arquivo Nacional já possuía 35 números, incluindo o trabalho de Castello Branco (1937) em comemoração ao centenário da instituição. O diretor deu sequência à série, assim como publicou catálogos, documentos e publicações avulsas.

O Arquivo Nacional e o Estado Novo

Para além das atividades cotidianas, ao longo do Estado Novo, o Arquivo Nacional foi acionado duas vezes por demandas externas, referentes a dois projetos distintos do governo: a participação do Brasil nas comemorações dos Centenários de Portugal e a reforma administrativa “daspiana”.

Em relação aos centenários, o Arquivo Nacional participou disponibilizando documentos para a exposição, publicando transcrições documentais e transferindo a custódia de acervos à Torre do Tombo. Tudo começou no ano de 1939, quando o governo brasileiro, por meio do Ministério das Relações Exteriores (MRE), recebeu o convite de Portugal para participar das comemorações referentes ao oitavo centenário da fundação do reino português, de 1139, e o terceiro centenário da restauração da autonomia do Estado lusitano frente à Espanha, em 1640, configuradas num grande evento a partir da junção das duas datas históricas, que, fundidas, ganharam o “significado de independência nacional” e passaram a ser tratadas como “Centenários de Portugal” (Blotta, 2009, p. 20).

A proposta de festejo em celebração à fundação e à restauração foi organizada em torno de três grandes atividades: a Exposição do Mundo Português, o Cortejo Mundo Português e o Congresso do Mundo Português. O evento tinha, em sua essência, um caráter “histórico-cultural de pura exaltação nacionalista, que contaria com congressos, exposições e festividade” (p. 58). O Brasil se inseriu no contexto das comemorações como uma nação irmã, de “sentimentos de mútua compreensão e amizade fraterna” (Moraes apud Arquivo Nacional, 1941, p. 7), “numa espécie de encontro familiar, no qual as duas nações irmãs com destinos comuns e idênticos a cumprir se encontravam para não mais se separar” (Blotta, 2009, p. 36). Com lugar próprio, assumiu a construção e decoração de um pavilhão na Exposição do Mundo Português, o que consistiu em

situação singular face à participação das outras ex-colônias e dos países europeus (Guimarães, 2007). Dentre as diferentes atividades previstas, estava programada a “elaboração de livros, memórias, estudos etc. que representem a colaboração espiritual do Brasil na história comum aos dois países”.²⁵

Assim, dotado de poder para executar as atividades, o MRE passou a comunicar-se com as sociedades históricas e geográficas, as bibliotecas, os arquivos e os museus brasileiros para que pudessem tornar “disponíveis materiais que de alguma maneira estivessem ligados à história lusíada” (Blotta, 2009, p. 53), principalmente após o ministro de Estado das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, ter acatado o pedido feito pelo embaixador português, que solicitava “a obtenção dos elementos que de algum modo” estivessem “ligados à história antiga ou moderna de Portugal”.²⁶ Foi, portanto, diante dessa demanda que o Arquivo Nacional participou do contexto das comemorações portuguesas de 1940.

Dessa feita, após os contatos estabelecidos e as autorizações determinadas, o Arquivo Nacional passou a integrar o conjunto de instituições designadas a colaborar com o MRE, o que, no caso da instituição, significou destinar sua atenção ao conjunto de documentos de origem portuguesa que estavam sob sua custódia. Denominados de “Documentos de Portugal”, a documentação era assim chamada, como o próprio nome sugere, por sua ligação com esse país, tendo sido trazidos e acumulados pela família real, no contexto do período joanino.

Segundo palavras de Vilhena de Moraes, a documentação que, “fugindo sempre ao catálogo”, até aquele momento, era uma “perfeita floresta virgem, acessível apenas à curiosidade de raros estudiosos e sem que se pudesse até hoje declarar com exatidão nem mesmo ao menos o conteúdo geral de cada caixa” (Moraes apud Arquivo Nacional, 1941, p. 7-8), implicou, na prática, que as comemorações centenárias representassem para a instituição uma corrida contra o tempo, “com o meritório esforço dos meus distintos colaboradores”, cujo desafio era tratá-la em seis meses. O procedimento que se estabeleceu nesse momento contemplou partes do acervo de forma diferente, consistindo na identificação, na elaboração de instrumento de pesquisa, na reprodução e na divulgação do

²⁵ Bases de um programa de participação do Brasil nas comemorações centenárias portuguesas de 1940. Apud Blotta, 2009, p. 56.

²⁶ Ofício encaminhado ao embaixador de Portugal, Martinho Nobre de Melo. Oswaldo Aranha apud Blotta, 2009, p. 53.

acervo, cujo resultado final chegou à “inventariação e relacionamento” de cem mil exemplares, dos quais 25 volumes, 757 documentos e 3.199 folhas foram classificados como “históricos originais” (Arquivo Nacional, 1944, p. 13).

Em relação aos “documentos históricos em reprodução fotográfica”, foram divididos em três categorias: 1) eletrocópia, que atingiu a marca de 13 volumes, 507 documentos, 2.229 folhas – “numa área correspondente a 232 m² – e cinco mapas; 2) microfilme, com 2.841 páginas, referentes a 13 metros; e 3) 24 ampliações (Arquivo Nacional, 1944, p. 13). O uso da micrografia foi defendido pelo seu diretor como um exemplo de avanço e modernidade, pois, além de demonstrar o uso de uma tecnologia em prol do favorecimento de um acervo, ainda permitiria entregar os filmes a Portugal durante as festividades.

Ao fim dos esforços arquivísticos e ultrapassando o tempo necessário para que o trabalho feito fosse utilizado nas comemorações portuguesas, em 1941, publicou-se o livro *Elenco*,²⁷ cujo subtítulo é uma explicação de sua existência: “das publicações e dos documentos, originais ou em fotografia, com o respectivo relacionamento, apresentado pelo diretor do Arquivo Nacional da República dos Estados Unidos do Brasil, em execução de parte do seu programa de colaboração com a Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal, presidida por sua Excelência o sr. general de divisão Francisco José Pinto”. Trata-se de uma obra de 736 páginas, que apresenta brevemente a participação do Arquivo Nacional na comemoração e tem como função principal ser instrumento de pesquisa, com listas e descrições referentes aos documentos encontrados e algumas reproduções.

Em 1944, na publicação *Resenha Geral*,²⁸ que tinha caráter de relatório dos feitos em função da coleção *Negócios de Portugal*, referente ao saldo das publicações que foram fruto do tratamento recebido pela coleção ou a conteúdos divulgados, chegou-se ao número de “seis volumes”, que poderiam estar presentes numa mesma publicação, mas que o diretor, no

²⁷ Arquivo Nacional. *Elenco: das publicações e dos documentos, originais ou em fotografia, com o respectivo relacionamento, apresentado pelo diretor do Arquivo Nacional da República dos Estados Unidos do Brasil, em execução de parte do seu programa de colaboração com a Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal, presidida por sua Excelência o sr. general de divisão Francisco José Pinto*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

²⁸ Arquivo Nacional. *Resenha geral: dos trabalhos do Arquivo Nacional, em colaboração com a Comissão dos Centenários de Portugal apresentados a sua Excelência o sr. general de divisão Francisco José Pinto, D.D presidente da mesma comissão*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1944b.

momento de divulgar, contabilizou separado. Assim, duas tinham a função de divulgação das atividades das comemorações de Portugal, enquanto duas eram um instrumento de pesquisa – *Elenco* e mais “Universidade de Coimbra”, que era um índice onomástico – e as outras duas eram reproduções de documentos identificados no acervo: “De beata Virgine dei Matre Maria”, “Memória dos benefícios políticos do governo de el-rey Nosso Senhor D. João VI”. Isso foi motivo de notícia na imprensa:

Entre as publicações figuram o poema da Virgem, composto em dísticos latinos pelo padre José de Anchieta [...]. Se fará uma tiragem de reduzido número de exemplares, particularmente luxuosos, que serão oferecidos a grandes personagens nacionais e estrangeiros. Figura também uma edição fac-similar da Memória dos benefícios políticos de el rey Nosso Senhor D. João VI no Brasil, obra hoje rara devida à pena do Visconde Cairú. Dela também se fará uma tiragem de alguns exemplares com encadernação de luxo. (*Diário de Notícias*, 1940)

Segundo a *Resenha Geral* de 1944, constava ainda no prelo *O espírito Cairú* e em “preparação para o prelo” um inventário sumário dos Documentos de Portugal, uma relação com os “decretos gerais de 1808 a 1822” e um relatório geral de prestação de contas dos trabalhos em colaboração com a Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal (Arquivo Nacional, 1944b, p. 4-5).

Nesse caso, três obras marcariam presença. Primeiramente, *Elenco*, que, se não atrasasse, por conta da transferência da oficina gráfica para a Imprensa Nacional, seria um instrumento de pesquisa sobre os documentos. Ainda, as transcrições do “Poema da Virgem”, de Antônio Vieira, e de “Memória dos benefícios políticos do governo de el-rey Nosso Senhor D. João VI”.

A publicação do poema ainda permitiu ao Arquivo Nacional expor, com maior destaque, uma pequena parcela de seu trabalho, levando assim o nome da instituição aos festejos. Ainda foi ofertado, “com a mesma luxuosa apresentação”, ao “chefe do governo um exemplar da referida obra com especial homenagem do Arquivo Nacional, a cujas oficinas tipográficas e de encadernação se deve todo o trabalho artístico” (*Correio da Manhã*, 22 de maio de 1940). Nesse caso, cabe destacar novamente que as oficinas tipográficas, nesse período, estavam sendo transferidas para a Imprensa Nacional (IN), o que significou que parte da execução de algumas obras foi finalizada pelos funcionários do Arquivo Nacional nas dependências da IN.

Por fim, a participação do Arquivo Nacional, em relação ao processo de “devolução” de alguns documentos, seguiu outro caminho. Esse processo se deu quando “vários conjuntos de documentos originais, além de reproduções [...], entraram no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, por via do Ministério dos Negócios Estrangeiros” em 21 de agosto de 1947 (Martins, 2007, p. 348).

Ainda em relação à participação do AN nas festividades, o *Correio da Manhã* veiculava notícias com grande exaltação, avaliando ser “notável a contribuição” (*Correio da Manhã*, 7 de maio 1940, p. 3). Ocorre que, findados sete anos de atividades programadas do AN em relação às festividades, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo ainda estava por receber a reprodução dos outros conjuntos que se mantiveram no Brasil (Martins, 2007, p. 348). Os documentos chegaram posteriormente, mas não foi identificada a justificativa da demora.

No que se refere à reforma administrativa do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), segundo Fernanda de Lima Rabelo (2012), as medidas empreendidas no governo, a esse tempo, objetivavam a criação de “uma nova identidade entre o Estado, personalista, e a sociedade, desenvolvendo órgãos que tivessem padrões de eficiência internacionais”, buscando “a promoção de uma nova elite burocrática” (p. 80), e que, ao mesmo tempo, fosse capaz de exaltar a figura de Vargas e dar essencialidade ao serviço público. Segundo Torres (2004), também foi a força desempenhada pelo Dasp que fez movimentar o processo de industrialização e modernização no Estado Novo.

Ocorre que, para isso, o Dasp diagnosticou e indicou medidas de reorganização a diferentes repartições federais, dentre elas o Arquivo Nacional, por meio da Comissão de Eficiência da Justiça (CEJ), a qual deveria aliar os diferentes órgãos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Ademais, era previsto ainda que as comissões dos outros ministérios colaborassem.

Assim, após a visita de diversas comissões, identificou-se que era necessária uma reorganização, havendo as seguintes sugestões e observações: 1) sobre as instalações do Arquivo Nacional, que era sediado “há algumas dezenas de anos no velho casarão”, e que apesar de “conservado” estava ameaçado de incêndio pelo que o rodeava, o que se cogitava era a construção de um prédio novo “isolado e o material empregado na sua construção fosse à prova de fogo”; 2) sobre os recursos, que eram “pequenos e poderiam ser aumentados”; 3) sobre o padrão L do diretor, “indiscutivelmente baixo”; 4) sobre um possível regimento e a “oportunidade para corrigir falhas”; 5) sobre a máquina de dourar encadernações que fora enviada à

Imprensa Nacional, mas que parecia não estar “sendo convenientemente aproveitada”; e 6) a “necessidade imediata de um aumento de pessoal”.²⁹

Ocorre que, diferentemente da quantidade dos pontos acima citados, apenas alguns foram referidos pelo Dasp: a situação do edifício e sua localização, o padrão do cargo do diretor e a quantidade e qualificação dos funcionários. Soluções foram apresentadas.³⁰

A respeito da situação da sede, o diagnóstico indicava três problemas principais: o tamanho, considerado pequeno; a localização, rodeada de lojas e perto do Ministério de Guerra; e a vulnerabilidade a incêndios, visto que não era à prova de fogo (Rodrigues, 1959, p. 56). Segundo o relatório, era um “antigo edifício [...] que não mais satisfaz às necessidades do órgão”. Sendo assim, foi considerada uma deficiência, que, “como era natural, foi anotada pelas comissões visitantes”, o que demonstrou que as “visitas” das comissões de eficiência de outros ministérios fizeram mais que estudar, pois, nessa medida, transformaram-se, também, em sutis “fiscalizadores externos”. Dessa forma, a indicação para uma nova sede foi encaminhada, o que seria supostamente solucionado “com a construção, no mesmo local, de [um] novo e majestoso edifício, obra essa já devidamente autorizada pelo senhor presidente da República”.³¹

Ocorre que a questão da precariedade do prédio do Arquivo Nacional não era um assunto novo. Já na gestão de Bezerra, o assunto ganhara destaque, quando um projeto arquitetônico foi produzido e autorizado pelo presidente Getúlio Vargas e cuja pedra fundamental seria lançada no dia da comemoração dos cem anos da instituição, o que não ocorreu, e ao longo do Estado Novo também não. Muito contribuiu para isso a opinião do próprio Eugênio Vilhena de Moraes, que, embora reconhecesse a necessidade de uma “sede incombustível” para abrigar o patrimônio documental nacional, defendia se manterem ali as dependências do Arquivo Nacional. Justificava tal posição, segundo ele, com “o testemunho de autorizados observadores estrangeiros” que afirmariam que a instituição “inscreve-se pelas instalações entre os grandes estabelecimentos do gênero em todo o mundo”.³²

²⁹ Departamento de Administração do Serviço Público. Organização e Coordenação; Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Relatório de 1944). Código do fundo: 2C; Notação: Dasp 593, Rio de Janeiro, 1943-1945. p. 76.

³⁰ Ibidem.

³¹ Ibidem.

³² Fundo Arquivo Nacional (1818-1992). Assuntos Gerais; Gabinete. Correspondência. Notação: AN 969, Rio de Janeiro, 1944-1945.

Em relação às outras pendências, também foram ainda iniciados movimentos e debates para resolvê-las, mas, até 1945, quando o Estado Novo entra em crise, nenhuma delas havia encontrado solução. Nos seus últimos momentos, quando o governo perdia força, muitos de seus aliados foram demitidos ou entregaram seus cargos, incluindo a cúpula do Dasp, que, por conta disso, já não poderia mais dar continuidade às propostas iniciais referentes às reformas (Torres, 2004).

Considerações finais

As mudanças no âmbito da política, com a instituição de um regime autoritário e a nomeação de Eugênio Vilhena de Moraes como diretor do Arquivo Nacional levaram a instituição a reordenar sua forma de atuação. Assim, de uma postura de maior iniciativa, promotora de conhecimento, Vilhena de Moraes seguiu uma linha mais inerte diante das demandas que lhe eram impostas, reagindo apenas àquilo que era proposto e/ou que julgava ser função cotidiana do Arquivo Nacional. Sua proatividade só estava presente nas ações que não ultrapassavam a função de guarda, de custodiadora da memória nacional.

Com o início do Estado Novo, Vargas radicalizou o processo de centralização do poder nas mãos do Executivo, utilizando duas estratégias para se manter. De um lado, a coerção e, do outro, a propaganda, que, supostamente falando em nome da nação, usava os meios de comunicação para fazer valer seu discurso. Em seu propósito, ainda se encontrava o desejo de implementar um sistema administrativo que permitisse maior eficiência do Estado. Nesse contexto, para Vilhena de Moraes, o Arquivo Nacional seria um apoio ao governo no que concerne ao discurso nacionalista, com sua função de guardião de memória, ocupando, assim, seu lugar tradicional na história da nação brasileira.

O Arquivo Nacional participou das comemorações portuguesas de forma ativa, extrapolando as deliberações determinadas pela Comissão dos Centenários, o que ratifica a ideia de ser o seu diretor um simpatizante e defensor do passado em comum com os lusitanos. No projeto inicial, caberia à instituição apenas produzir publicações ou conceder documentos para que fossem enviados às exposições. A despeito disso, diante do capricho do diretor, encadernações de luxo foram feitas, documentos foram reproduzidos e até mesmo doados ao governo português, ignorando-se a organicidade e gerando descontinuidades. No mais, para os próprios portugueses, o presente recebido não possuía em si um sentido arquivístico, visto que também não possuíam eles a totalidade dos documentos.

Em contraponto a todo seu esforço diante dos Centenários Portugueses, Vilhena de Moraes se mostrou avesso às intenções do governo de fazer uma reforma administrativa. Não apresentou nenhuma oposição declarada à reforma, mas fez uso, a cada nova sugestão ou mudança estabelecida, de algum mecanismo para desviar o Arquivo Nacional do proposto, fosse pela transferência de arquivologistas do quadro de funcionários, fosse pela não movimentação em defesa da construção de um novo prédio. Assim sendo, pôde-se notar que, diante de propostas do Estado de racionalização e burocratização administrativa, que exigiam da instituição uma reordenação interna, existia sempre uma resistência disfarçada, um “agir”, ao se manter inerte.

Por fim, cabe destacar que as habilidades políticas de Eugênio Vilhena de Moraes, com sua rede de influências e condições específicas – com a ressalva de ser uma repartição pequena e com salário de direção abaixo da média – e, ainda, com sua política passiva diante das demandas governamentais, garantiu a permanência desse diretor até 1958, ultrapassando os tempos do Estado Novo.

Referências

- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- _____. *V. XXXIX das Publicações*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1957.
- _____. *Arquivo Nacional da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1954. (Publicações Avulsas do Arquivo Nacional – Acervo da Biblioteca do Arquivo Nacional – PA0078-A).
- _____. *Índice das Publicações do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1944a.
- _____. *Resenha geral: dos trabalhos do Arquivo Nacional, em colaboração com a Comissão dos Centenários de Portugal apresentados a sua Excia., o sr. general de divisão Francisco José Pinto, D.D presidente da mesma comissão*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1944b.
- _____. *Elenco: das publicações e dos documentos, originais ou em fotografia, com o respectivo relacionamento, apresentado pelo diretor do Arquivo Nacional da República dos Estados Unidos do Brasil, em execução de parte do seu programa de colaboração com a Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal, presidida por sua Excelência o sr. general de divisão Francisco José Pinto*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.
- BARBATHO, Renata Regina Gouvêa. *O Arquivo Nacional no Estado Novo: a gestão de Vilhena de Moraes entre 1938 e 1945*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- BLOTTA, Celine Gomes da Silva. *A presença brasileira nas comemorações centenárias de Portugal*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, 2009.
- BRASIL. Decreto-lei 16.036, de 14 de maio de 1923. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16036-14-maio-1923-517753-publicacaoorigi>

- nal-1-pe.html. Acesso em: 13 abr. 2018.
- CASTELLO BRANCO, Pandiá H. de Tautphoeus. Subsídios para a história do Arquivo Nacional: o Arquivo na República. V. 2. Manuscrito. In: FUNDO ARQUIVO NACIONAL. Divulgação; Editoração e Publicação. Notação: AN 959, Rio de Janeiro, [196-?].
- _____. Subsídios para a história do Arquivo Nacional na comemoração do seu primeiro centenário (1838-1938): o Arquivo no Império. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1937. 356 p. (Publicações Históricas, n. 35).
- CORREIO DA MANHÃ. A grande obra seguiu para Portugal. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 9, 22 maio 1940. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_05/1661. Acesso em: 25 fev. 2018.
- _____. Será notável a contribuição do Arquivo Nacional às comemorações dos Centenários de Portugal. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 7 maio 1940. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_05/1471. Acesso em: 25 fev. 2018.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- _____. Apresentação. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Eduerj; Ed. FGV, 1999.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Relações culturais luso-brasileiras: alguns pontos de confluência. *Revista Convergência Lusíada*, Rio de Janeiro, v. 24, p. 256-264, 2. sem. 2007. Disponível em: <http://www.realgabinete.com.br/portalweb/portals/o/documentos/revista24.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2015.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a historiografia. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. Cap. 3. p. 115-164. Tradução de Paulo Knauss e Ina de Mendonça.
- LOURENÇO, Mariana Simões. *Do acervo ao livro: as publicações do Arquivo Nacional (1886-1922)*. 2014. 190 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1790.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2015.
- MARTINS, Ana Canas Delgado. *Governança e arquivos: D. João VI no Brasil*. Lisboa [Portugal]: Instituto dos Arquivos Nacionais, Torre do Tombo, 2007.
- PANDOLFI, Dulce. Apresentação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p. 9-14.
- RABELO, Fernanda Lima. De experts a “bodes expiatórios”: a elite técnica do Dasp e a reforma no funcionalismo público federal no Estado Novo (1938-1945). *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 78-91, jul. 2012. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/323/323>. Acesso em: 2 jun. 2016.
- RIBEIRO, Darcy. Uma Introdução a “Casa-Grande & Senzala”. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 46. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 11-42.
- RODRIGUES, José Honório. *A situação do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1959.
- SCHUBERT, Monsenhor Guilherme. Dr. Eugênio Vilhena de Moraes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 359, p. 325-330, abr./jun. 1988.
- TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. *Estado, democracia e administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

Recebido em 30/5/2020

Aprovado em 8/9/2020